

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.286 - SP (2019/0297317-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : BARBARA MARIA CORNACHIONI GIMENES
ADVOGADO : BÁRBARA MARIA CORNACHIONI GIMENES - SP270061
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAILSON LIRA LACERDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAILSON LIRA LACERDA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2074910-03.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado os delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/2006, na forma do art. 69 do Código Penal (e-STJ fl. 17).

Aduz a impetrante, em breve síntese, a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário, de bons antecedentes, com residência fixa e portador de doença cardíaca, predicados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 21-22):

[...]

Constata-se, que, em verdade, com a presente impetração, objetiva-se desconstituir decisão baseada na gravidade concreta da conduta, a fim de se resguardar a ordem pública e por conveniência da instrução criminal, regularmente tomada em audiência de custódia e mantida

Superior Tribunal de Justiça

em ação de conhecimento; a preventiva e a manutenção da custódia estão devidamente fundamentadas.

Sopesem-se, inclusive, as circunstâncias da prisão, a indicar forte possibilidade de traficância e seriedade concreta da ação, gizado que, em primeira análise, teria o paciente, conforme já registrado, expressiva porção de droga.

Por isso que, inclusive, em risco a incolumidade da última, bem indisponível.

Ademais, o delito de tráfico afeta de tal forma a ordem pública que, além de assemelhado aos hediondos, é considerado inafiançável e insuscetível de sursis, graça, indulto e anistia.

Pontue-se que eventuais condições pessoais favoráveis como ocupação lícita e residência fixa não impedem a decretação da prisão preventiva, tampouco têm força para ensejar a revogação da ordem, ainda mais quando presentes os motivos autorizadores da custódia, mormente no caso, em que o paciente ostenta apontamentos de vários atos infracionais, o que demonstra, em princípio, nocividade à sociedade.

Igualmente, medidas cautelares alternativas só podem ser aplicadas quando ausentes os requisitos da preventiva, quadro diverso daquele aqui apresentado, prescindindo-se do afastamento uma a uma das medidas, porquanto motivada a manutenção da segregação, como dito.

O mais alegado na impetração diz com o merecimento da causa e com prognósticos em relação à pena a ser eventualmente fixada e/ou aplicação de outros benefícios; mera especulação, sendo vedada análise desses temas em segunda instância pela via eleita, bem como a utilização de tal fundamento para justificar a soltura; tal implicaria violação ao princípio constitucional do juiz natural, prejulgamento do mérito e supressão de instância.

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e,

Superior Tribunal de Justiça

se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

